



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO UFOP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Eliane Maria Marçal

**PRIVATIZAÇÃO: OS IMPACTOS DAS REFORMAS DOS ANOS 1990
NA ECONOMIA BRASILEIRA**

MARIANA-MG
2023

ELIANE MARIA MARÇAL

**PRIVATIZAÇÃO: OS IMPACTOS DAS REFORMAS DOS ANOS 90 NA
ECONOMIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira

MARIANA-MG
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M313p Marcal, Eliane Maria.

Privatização [manuscrito]: os Impactos das Reformas dos anos 90 na Economia Brasileira. / Eliane Maria Marcal. - 2023.
25 f.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthé Oliveira.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências
Econômicas .

1. Dívida pública. 2. Neoliberalismo. 3. Privatização. I. Oliveira, André Mourthé. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 330.52(81)



FOLHA DE APROVAÇÃO

Eliane Maria Marçal

Privatização: os impactos das reformas dos anos 1990 na economia brasileira

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia

Aprovada em 01 de setembro de 2023

Membros da banca

Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira (orientador) - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

André Mourthé de Oliveira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 01/09/2023



Documento assinado eletronicamente por **Andre Mourthe de Oliveira, VICE-COORDENADOR(A) DE CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**, em 01/09/2023, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0584356** e o código CRC **E2856D3A**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador André Mourthé de Oliveira pelas correções, ensinamentos e de ter me passado confiança e disciplina ao longo dessa trajetória.

Aos meus pais, Jesus M. Marçal e Maria Auxiliadora F. Marçal, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus irmãos, pelo companheirismo e suporte nos momentos mais difíceis.

Agradeço por fim a Deus, por ter me dado sabedoria, saúde e coragem para persistir.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar evidências de como o modelo de privatização brasileira implantado na década de 80-90 intensificou a desestatização com a chegada do neoliberalismo político. A queda da ditadura militar não trouxe mudança essencial na política econômica, com isso, a ideia de implantar as privatizações do aparelho econômico estratégico do Estado brasileiro e de vários serviços públicos chegou mais forte junto com o primeiro presidente eleito de forma direta, Fernando Collor de Mello. A utilização de receitas de privatização para abater a dívida pública, buscou conter a acumulação excessiva desta última, de modo a evitar que os desequilíbrios fiscais pressionem a dívida demasiadamente, enquanto o governo implementa as medidas necessárias para um ajuste fiscal duradouro.

Palavras-chaves: Privatização. Dívida pública. Neoliberalismo. Estado brasileiro

ABSTRACT

The present work aims to show evidence of how the Brazilian privatization model implemented in the 80s and 90s intensified privatization with the arrival of political neoliberalism. The fall of the military dictatorship did not bring about an essential change in economic policy, as a result, the idea of implementing the privatization of the strategic economic apparatus of the Brazilian State and of various public services came to the fore with the first directly elected president, Fernando Collor de Mello. The use of privatization revenues to reduce the public debt, sought to contain the excessive accumulation of the latter, in order to prevent fiscal imbalances from putting too much pressure on the debt, while the government implements the necessary measures for a lasting fiscal adjustment

Palavras-chaves: Privatization. Public debt. Neoliberalism. Brazilian State

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Estado de S.Paulo -16/7/1981	15
Figura 2 – Receitas de Privatizações x Crescimento da Dívida	17
Figura 3 – Necessidades de Financiamento das EEs	19
<i>Figura 4 – Receita das Privatizações.....</i>	19
Figura 5 – Privatização das Siderurgias	20
Figura 6 – Total de Privatizações na Década de 1990	21
Figura 7 – Decomposição Anual das Privatizações.....	22

SUMÁRIO

Introdução	11
2. Uma análise da mudança da política econômica brasileira nos anos 1980 e 1990 e a discussão da justificativa da privatização	12
3. O Governo vende barato e pode doar: análise da privatização brasileira dos anos 1980 e 1990	17
3.1. A privatização das siderúrgicas	20
3.2. A privatização da Vale do Rio Doce e da Telebrás	21
4. Conclusão	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

Introdução

O objetivo geral deste trabalho é analisar a política de privatização do Brasil instituída desde o final dos governos militares até os anos 1990, década esta que significou uma forte mudança na política econômica brasileira, abandonando a política desenvolvimentista e adotando a neoliberal. O Brasil acabou seguindo as orientações definidas pelo “Consenso de Washington” de 1989, e neste havia como orientações um maior rigor e controle sobre os gastos públicos (política fiscal restritiva), controle da inflação, liberalização dos mercados e das importações e, como prioridade dessa monografia, a privatização das empresas estatais. Assim, para discutir os determinantes da privatização e a análise sobre os ganhos e perdas/custos da privatização brasileira, essa monografia inicia uma discussão no segundo capítulo sobre as mudanças de orientação da política econômica entre os anos 1980 e 1990. No terceiro faremos uma análise sobre a privatização adotada no Brasil e apontando inclusive uma discussão do impacto dela sobre a política fiscal e problemas e limitações dela. Por fim, uma breve conclusão com os principais resultados dessa política.

2. Uma análise da mudança da política econômica brasileira nos anos 1980 e 1990 e a discussão da justificativa da privatização

Do ponto de vista econômico a economia brasileira passou por profundas reformas na década de 1990. Nesta identificamos o movimento de maior abertura comercial, de privatizações, abertura financeira, entre outras. Desde então esse cenário tem pouco se modificado e o que se percebe de diferença são as políticas sociais. Neste sentido, o presente projeto tem o desejo de discutir essas reformas e avaliar o impacto das mesmas na economia brasileira.

A ideia de que se poderia abater dívida pública com a venda de propriedade estatal já era apontada por Adam Smith (1988): “Em todas as monarquias da Europa, a venda das terras do rei produziria uma grande soma de dinheiro, a qual, se aplicada ao pagamento da dívida pública (...)” (SMITH, 1988, p. 34).

No Brasil, essa ideia por um raciocínio aparentemente simples de Campos (1995), que pode ser assim resumido: “Como o capital da União investido nas empresas estatais rende 1,08% a.a., a privatização pode ter um significativo impacto fiscal se esse patrimônio for vendido e usado para abater dívida pública, sobre a qual o governo paga juros anuais na faixa de 20% a 25%. A cada R\$ 10 bilhões de patrimônios alienado seria possível obter uma economia líquida de R\$ 1,9 bilhão a R\$ 2,4 bilhões por ano.” De fato, a PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A.) registrou uma rentabilidade de 10,19% a.a. e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente denominada apenas por Vale S.A., de 7,12% a.a., enquanto a taxa de juros real da dívida interna oscilou em torno de 18% a.a.

Essa ideia que as privatizações devem ser usadas para abater a dívida pública foi questionada por alguns autores como Guerra (2003) Nunes & Nunes (1998), Carneiro & Ávila (2007) e Biondi (2014) argumentam que a privatização não contribui para reduzir o déficit público, pois implica tão somente a troca de um ativo menos líquido por outro mais líquido, não proporcionando nenhum ganho fiscal direto. Para Mansoor, a política de privatização assemelha-se à emissão de títulos públicos: recebem-se recursos hoje, mas, em contrapartida, no futuro tem-se uma receita menor decorrente de uma redução de rendimentos. A esse respeito, Werneck (1989) alerta que

Tal como tem ocorrido em outros países, a privatização tem sido erroneamente vista no Brasil como uma maneira de reduzir o déficit do governo e, conseqüentemente, de alterar sua postura fiscal, no montante equivalente ao resultado da venda de ativos. Já que a venda de ativos não acarreta mudanças no patrimônio líquido do governo, não há nenhum impacto fiscal, ainda que, certamente, o governo se veja com maior liquidez. (WERNECK, 1989, p. 37)

E o exemplo de que a privatização não resolve o problema fiscal também se fundamenta em outras realidades, como a chilena. Pinheiro e Landau (1995) apontam a explicação: na década de 70, as estatais chilenas teriam se tornado rentáveis, e a receita com dividendos teria alcançado 25% do total da receita governamental. (WERNECK, 1989; PINHEIRO & LANDAU, 1995). De acordo com esses autores a privatização não contribuiu para o ajuste fiscal, pois requer um conjunto de medidas paralelas, assim, o principal efeito fiscal viria do aumento da rentabilidade das empresas e da eficiência da economia, bem como da transferência para o setor privado da responsabilidade de investir nos setores até então ocupados pelas estatais.

Giambiagi e Pinheiro (1996), por exemplo, afirmam que a privatização pode contribuir eficazmente para o ajuste fiscal devido a características peculiares da economia brasileira, em que o pagamento de juros é elevado, e baixo o retorno de dividendos com a participação acionária das empresas públicas. Para esses autores, entre os benefícios da privatização em termos de ajuste fiscal, pode-se citar a utilização da receita de privatização para abater dívida. Só a venda da Vale do Rio Doce pode proporcionar a utilização de recursos da ordem de R\$ 5 a 6 bilhões, ou 1% do Produto Interno Bruto (PIB), para abater a dívida pública. Esse benefício se torna ainda maior com a redução do pagamento de juros em decorrência da redução do estoque de dívida e da queda dos juros em razão do aumento da credibilidade do governo e da menor necessidade de captação de recursos no mercado. Sendo o custo de rolagem da dívida pública maior que a receita de dividendos, o ganho com o abate de dívida possibilita reduzir o déficit futuro do setor público e age positivamente sobre as expectativas inflacionárias. Além disso, também proporcionam ganho fiscal a transferência de dívidas do setor público para o privado. (GIAMBIAGI & PINHEIRO, 1996).

Desde o primeiro choque do petróleo (1973) o foco da economia brasileira deslocou-se do crescimento para a estabilização, e a partir de então, a relação dessa política econômica em relação as empresas estatais começou a mudar .

A partir de 1990, para procurar barrar os efeitos da hiperinflação causada, sobretudo, pelos governos dos militares, o Brasil adotou diversas emendas constitucionais e reformas patrimoniais com ênfase na privatização das empresas estatais de bens e serviços, numa maior extensão da abertura comercial e financeira. O fraco desempenho econômico foi o motivo mais importante para a privatização no Brasil. Em 1994 a reforma do sistema bancário acarretou, inclusive, na privatização dos bancos estatais estaduais, e como exemplo o Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE) que foi vendido. As mudanças apresentadas nessa época na economia brasileira se deram, sobretudo, pelo aumento das privatizações, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, abriu-se a possibilidade de desnacionalização da economia, pois acabaram-se com todas as reservas de mercado e monopólios existentes, sendo o caso mais importante o fim do monopólio da Petrobras. Outro argumento favorável à privatização se refere à possibilidade de redução do déficit público via alienação das empresas estatais, com impactos positivos esperados na redução dos juros reais pelo governo.

Antes do Plano Real, o governo Collor lançou na época os Planos Collor I e II que tiveram como ênfase o congelamento de preços que surtiram efeito apenas de curto prazo, não conseguindo barrar a inflação de fato. A medida mais impopular na era Collor se deu pelo sequestro de liquidez (confisco de Poupança) que ficaram bloqueadas por 18 meses.

Mas foi após o impeachment de 1992 e posterior renúncia do presidente Collor e posse de Itamar Franco, que após 7 meses no poder, designa para ministro da fazenda o ministro Fernando Henrique Cardoso. Foi nesse momento que se começa a ter uma política com resultados de longo prazo no tocante ao controle inflacionário, além de mudanças mais significativas de reorientação neoliberal. O ajuste fiscal e a criação do PAI (Programa de Ação Imediata) e do FSE (Fundo Social de Emergência), que tinha como base o crescimento sustentável, estabeleceu um conjunto de medidas para melhor utilização dos gastos da União.

A criação da URV (Unidade Real de Valor) conseguiu zerar a memória da inflação e então quando se deu a implantação do Plano real, apesar da baixa credibilidade do povo no início, foi bem sucedido. Diante dos aspectos apresentados nos Planos de ação

utilizados pelos governos brasileiros anteriores a fim de barrar a inflação têm no Plano Real um melhor resultado quanto a estabilização de preços e queda na inflação. Os ajustes fiscais, a desindexação da moeda, e a queda da inflação conseguiram firmar o Real como um plano forte em relação aos demais utilizados antes.

Privatização de um modo mais abrangente, num ponto de vista liberal, seria para atrair mais investimentos reduzindo a dívida dos países e salvando a economia. As privatizações brasileiras começaram na década de 1980 com a Comissão Especial de Desestatização. Debatidas desde o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), o início se deu pelo decreto nº 86,215 de 25 de Julho de 1981 já no governo de João Figueiredo (1979-1985), que estabelecia as normas para a transferência de empresas estatais para a iniciativa privada.

A relevância das privatizações para tentar dar novo fôlego aos programas de estabilização é muito mais controversa (PINHEIRO & LANDAU, 1995). No Brasil o principal motivo para o governo optar pela privatização é justamente a política fiscal, o fraco desempenho econômico, trás o apoio político a privatização como um meio de barrar os gastos públicos, em contrapartida, o que não se percebe é que a desestatização retira a liberdade do governo para adotar políticas intervencionistas, perdendo assim a função reguladora do Estado.

As primeiras privatizações apresentadas pela Comissão criada no decreto, foram as da América Fabril, a Companhia Química do Recôncavo e a Fábrica de papel de celulose Riocell. Nesse período o ritmo do negócio foi tímido.

Figura 1 – O Estado de S.Paulo -16/7/1981



Fonte: Modiano (2000)

A queda da ditadura não trouxe mudança essencial na política econômica, após a

volta da democracia, esta fase se caracterizou pela reprivatização de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado numa época de crise financeira, não havia ainda um plano de larga escala, o governo de José Sarney tentou aumentar as vendas mas, houve desinteresse dos compradores, o crescente déficit público acarretado na época da ditadura militar o que deixou a iniciativa privada receosa. Foram privatizadas 38 empresas de pequeno porte, tendo alcançado um modesto resultado econômico.

Foi no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), que o Brasil viu nascer seu primeiro programa de privatizações, o PND – Programa Nacional de Desestatização, esse programa refletia uma tendência mundial de abertura econômica estabelecido pelo Consenso de Washington, conjunto de medidas estabelecidas que se compunha de dez regras básicas, formuladas em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, que visava promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. O objetivo era acelerar o desenvolvimento sem piorar a distribuição de renda. Dessa forma, as recomendações apresentadas giraram em torno de três ideias principais: a abertura econômica e comercial, aplicação de economia de mercado e controle fiscal macroeconômico.

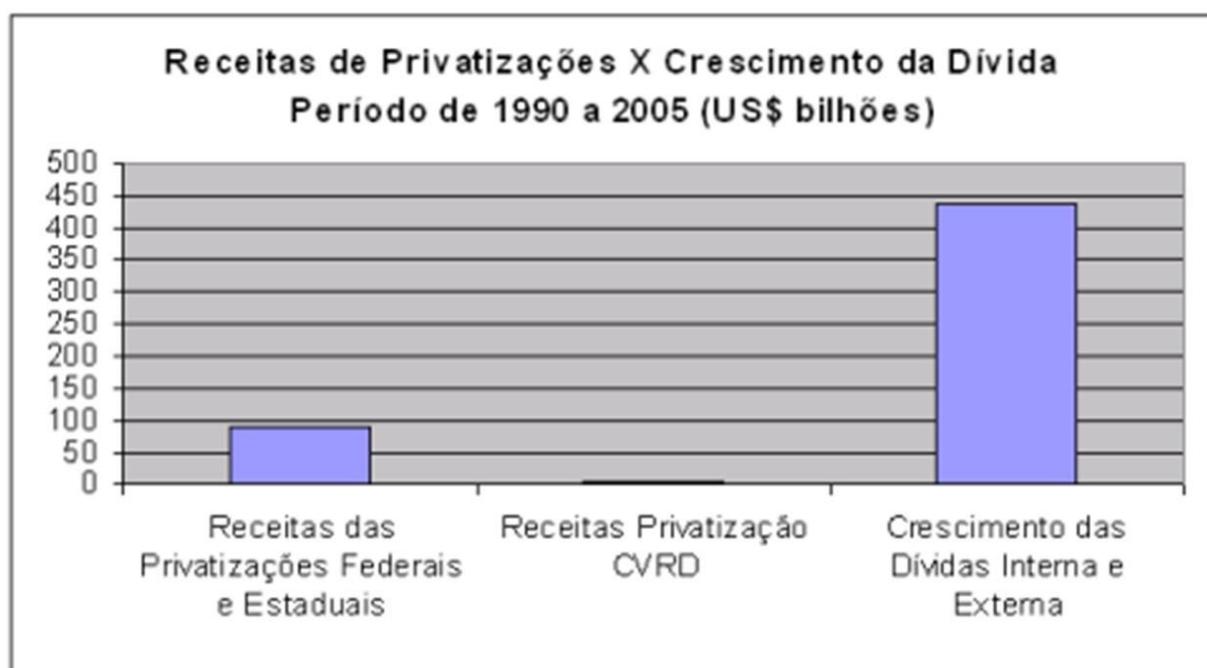
O plano até então ambicioso do presidente Fernando Collor, foi limitado, uma vez que das 68 estatais colocadas a venda apenas 18 foram realmente privatizadas. A criação do Plano Collor, idealizado pela ministra Zélia Cardoso de Mello, trouxe um modelo mais liberal com ampla abertura de mercado as importações, modernização industrial e tecnológica e preparou o país para a série de desestatizações que viriam nos governos seguintes.

Com o impedimento de Collor e a posse de seu vice Itamar Franco, a privatização deixa de ser uma política governamental passa a ser uma reforma com amplo apoio político. O governo Itamar Franco reduz a taxa de juros o que permitiu uma expansão da economia e queda no desemprego, o que incentivou mais investimentos. Com lançamento do Plano Real e queda da inflação, a renda real aumentou, aumentando também a oferta de crédito, dando mais impulso a recuperação econômica e tornando as privatizações como um selo de qualidade da política econômica vigente.

3. O Governo vende barato e pode doar: análise da privatização brasileira dos anos 1980 e 1990

O início do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) começa com o ataque do neoliberalismo, tido como o pai do Plano Real e com boa aceitação da política econômica de Itamar Franco que já visava o aumento das privatizações, caracterizado, sobretudo, pelas privatizações do aparelho econômico estratégico do estado e de vários serviços públicos, Fernando Henrique chega ao poder com baixa resistência a seu plano de privatização. Nesta fase se dá o início das maiores privatizações da história do Brasil, a venda das estatais segundo o governo serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo e salvando o real, o dinheiro arrecadado com as vendas serviria também para reduzir a dívida interna brasileira (governo federal e estados), aconteceu o contrário, o governo acabou por engolir dívidas das estatais vendidas e resultou no aumento da dívida interna brasileira.

Figura 2 – Receitas de Privatizações x Crescimento da Dívida



Fonte: Modiano (2000)

Antes de vender as empresas telefônicas, o governo FHC investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio (BNDES, 1998) vendendo tudo mais tarde por uma “entrada” de 8,8 bilhões de reais (estimativa) e financiou metade da entrada para grupos brasileiros.

Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) não foi diferente, o valor pago pelo comprador representava dez vezes menos do que o governo do Rio de Janeiro havia gasto para pagar os direitos dos trabalhadores.

A literatura do tema privatização expõe trabalhos que apresentam relações de impactos causados pela privatização no Brasil na década de 90. Ao longo dessa seção serão mostrados alguns destes trabalhos. Pinheiro e Landau (1995) mostraram o desempenho da economia brasileira antes das privatizações, mostrando números decepcionantes para lucratividade assim como parâmetros. Seus estudos mostram que as privatizações partem antes de tudo de uma mudança na estrutura do Estado, que após um longo período de estagnação econômica e baixo crescimento podem ser apontados dois fatores fundamentais para que ocorressem as privatizações: o de cunho conjuntural, causado pelos desajustes macroeconômicos dos anos 80 como as altas taxas de inflação e os erros da política econômica da época que resultaram em choques internos e externos e estagnação do produto; ou o de cunho estrutural: ligados a decisão de redefinir permanentemente as áreas de competência do Estado e da iniciativa privada, de cunho mais de decisões políticas, tendo em vista que o Brasil passava por um período de redemocratização. Em termos de política econômica os 90 apresentaram uma agressiva política pró-mercado enfraquecendo o Estado brasileiro. Nota-se que o valor agregado das empresas estatais vendidas mais a dívida transferida não somavam o valor de fato recebido pelo governo para os cofres públicos.

Biondi (2000) analisou os motivos que as empresas privatizadas lucravam tanto em tão curto prazo. Em "O Brasil Privatizado" apresentou dados e gráficos que mostraram o desmonte do estado e seus argumentos visto que, o governo, especialmente, de Fernando Henrique Cardoso, investiu alto nas estatais antes de vendê-las. Antes de privatizar o governo demitiu em massas gastando bilhões com pagamento de indenizações e direitos trabalhistas, engoliu dívidas, ou seja, passou para o tesouro direto dívidas que seriam das estatais, e deixou os compradores livres dos

Fundo de Pensão, que se resume em planos especiais de aposentadorias de trabalhadores estatais que foram transferidos para a União.

Figura 3 – Necessidades de Financiamento das EEs

US\$ Milhões					
Empresas	Data do Leilão	Receita de Venda	Dívida Transferida	Resultado Geral	Principais Compradores
Usiminas	24/10/1991	1.941,2	369,1	2.310,3	Bozano
Cosinor	14/11/1991	15,0	-	15,0	Gerdau
Piratini	14/02/1992	106,7	2,4	109,1	Gerdau
CST	16/07/1992	353,6	483,6	837,2	Bozano, CVRD e Unibanco
Acesita	22/10/1992	465,4	232,2	697,6	Previ, Sistel e Safra
CSN	02/04/1993	1.495,3	532,9	2.028,2	Bamerindus, Vicunha, Docenave, Bradesco, Itaú
Cosipa	20/08/1993	585,7	884,2	1.469,9	Anquila e Brastubo
Açominas	10/09/1993	598,6	121,9	720,5	Cia. Min. Part. Industrial
Total	-	5.561,1	2.626,3	8.187,8	-

Fonte: Modiano (2000)

Diante de tantos fatos, os compradores das estatais só tendem a lucrar outro argumento apresentado é o fato dos compradores dos bancos estatais poderem utilizar os prejuízos acumulados nos balanços dos anos anteriores diante da Receita Federal e abater nos impostos.

Figura 4 – Receita das Privatizações

Tabela 3
Total de privatizações na década de 90 (até março de 1999)
(US\$ Milhões)

Setor	Número de empresas	Receitas	Dívida transferida	Total
Siderurgia	8	5.562	2.626	8.188
Petroquímica	27	2.698	1.00	3.701
Ferrovias	7	1.698	-	1.698
Mineração	2	3.305	3.559	6.864
Telecomunicações	24	2.644	2.125	28.769
Energia	3	3.907	1.670	5.577
Outros	16	1.401	343	1.744
Participação	-	1.040	-	1.040
Âmbito federal	87	46.255	11.326	57.581
Âmbito estadual	28	22.736	5.223	27.959
Total	115	68.991	16.549	85.540

Fonte: BNDES.

Fonte: Modiano (2000)

3.1. A privatização das siderúrgicas

Utilizar a comparação entre os resultados obtidos antes e depois da privatização pode ser o meio de identificar a razão de sua venda, desempenho e fazer a comparação dos ganhos reais obtidos. O caso das siderurgias, especificamente a Usiminas, em outubro de 1991, permitiu a arrecadação de mais que o dobro do que ocorreu em 1980, o PND realizou a venda de estatais produtivas a fim de melhorar o ajuste fiscal, criando-se assim as chamadas “moedas de privatização”, títulos representativos das dívidas federais utilizados na compra das estatais.

A análise central que deve ser observada é que essas estatais apresentavam uma posição dominante no setor siderúrgico, e controlavam a produção para exportação. Com esse processo de privatização consta que o número de funcionários nas siderurgias caiu em torno de 45%. A privatização desse setor foi concluída em 93 e o enxugamento nas seis maiores siderurgias do país foi enorme aumentando assim o lucro dos compradores.

“A dimensão desse processo de ajustamento tem sido comumente apontada como um indicativo da inépcia na administração das empresas estatais. Contudo, as informações nos permite questionar a validade dessa interpretação para o caso das usinas siderúrgicas integradas. Fundamentalmente, não há evidência de que o enxugamento do quadro de pessoal durante a primeira metade da década de 90 tenha sido mais intenso nas empresas outrora estatais do que naquelas que sempre foram privadas.” (PINHO & SILVEIRA, 1998, p. 93)

Figura 5 – Privatização das Siderurgias

Empresas	Data do Leilão	Receita de Venda	Dívida Transferida	Resultado Geral	US\$ Milhões
					Principais Compradores
Usiminas	24/10/1991	1.941,2	369,1	2.310,3	Bozano
Cosinor	14/11/1991	15,0	-	15,0	Gerdau
Piratini	14/02/1992	106,7	2,4	109,1	Gerdau
CST	16/07/1992	353,6	483,6	837,2	Bozano, CVRD e Unibanco
Acesita	22/10/1992	465,4	232,2	697,6	Previ, Sistel e Safra
CSN	02/04/1993	1.495,3	532,9	2.028,2	Bamerindus, Vicunha, Docenave, Bradesco, Itaú
Cosipa	20/08/1993	585,7	884,2	1.469,9	Anquila e Brastubo
Açominas	10/09/1993	598,6	121,9	720,5	Cis. Min. Part. Industrial
Total	-	5.561,1	2.626,3	8.187,8	-

Fonte: Modiano (2000)

3.2. A privatização da Vale do Rio Doce e da Telebrás

Em 1997 se deu o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que já era a maior exportadora de minério de ferro do mundo. Segundo o governo da época, privatizar a Vale seria tirá-la de uma série de restrições, desde entraves burocráticos para adquirir equipamentos e contratar pessoal, até a perda de autonomia para decidir sobre investimentos estratégicos. (BNDES,97). O preço de venda porém, não leva em conta o patrimônio que ela acumulou, o critério é outro, simplesmente levaram em conta o tipo de faturamento que a empresa poderia ter subtraindo as despesas previstas, levando em conta o juros que o comprador deveria receber, ao longo desses anos, sobre o capital empregado. Em vez de analisar os bens acumulados pela empresa leva se em conta os lucros em um determinado período, assim, o preço de venda era, na verdade, ilusório.

O mesmo ocorre com a venda da Telebras em 1998, um dos principais motivos apontados na época foram as falhas e a deterioração dos serviços de telefonia e energia elétrica, porém, na área de telecomunicações a Telebras mantinha desde os anos 70 um Centro Tecnológico, em Campinas, responsável por pesquisas que resultaram na produção de equipamentos com tecnologia de ponta, que foram exportados pra outros países. A falta de informação difundida pelos meios de comunicação criou a ideia de que o melhor era privatizar. Setores de telecomunicação e energia representam 69% de todas as receitas.

Figura 6 – Total de Privatizações na Década de 1990

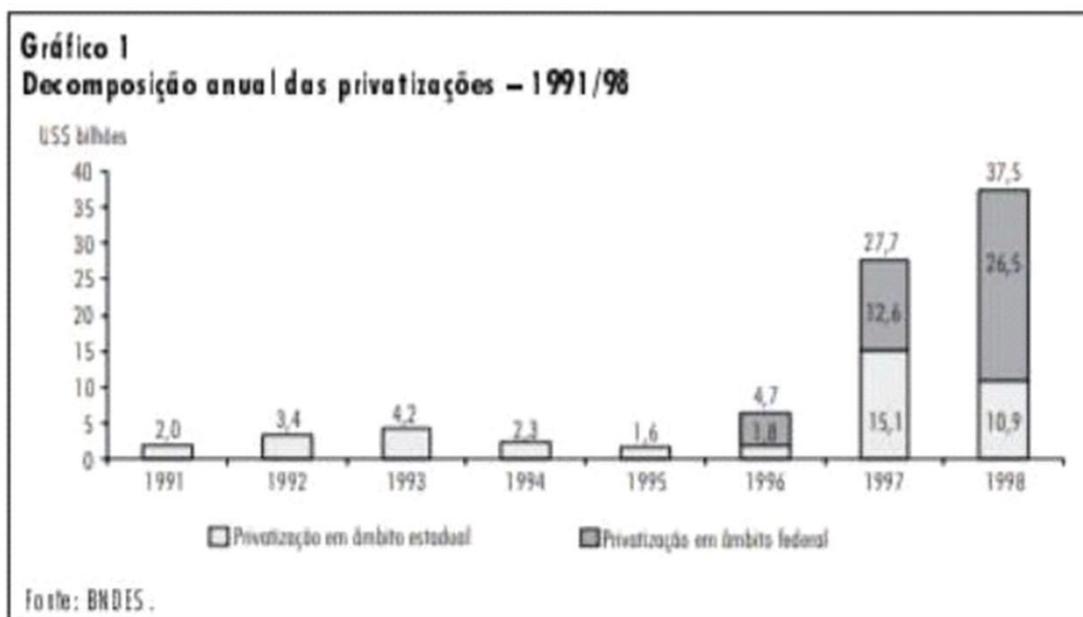
Tabela 3
Total de privatizações na década de 90 (até março de 1999)
(US\$ Milhões)

Sector	Número de empresas	Receitas	Dívida transferida	Total
Siderurgia	8	5.562	2.626	8.188
Petroquímica	27	2.698	1.00	3.701
Ferrovias	7	1.698	—	1.698
Mineração	2	3.305	3.559	6.864
Telecomunicações	24	26.644	2.125	28.769
Energia	3	3.907	1.670	5.577
Outros	16	1.401	343	1.744
Participação	—	1.040	—	1.040
Âmbito federal	87	46.255	11.326	57.581
Âmbito estadual	28	22.736	5223	27.959
Total	115	68.991	16.549	85.540

Fonte: BNDES.

Fonte: Modiano (2000)

Figura 7 – Decomposição Anual das Privatizações



Fonte: Modiano (2000)

Segundo Pinheiro & Fukasuku (2000), a privatização foi essencial para sustentar o Plano Real, função que continuará a desempenhar em menor escala nos próximos anos. As grandes privatizações de 1997/98 permitiram ao Brasil atrair significativos investimentos externos diretos, o que ajudou a financiar o grande déficit em conta corrente e a impedir que a dívida pública fugisse ao controle, apesar dos vultosos déficits públicos registrados desde 1995. (PINHEIRO & FUKASUKU, 2000)

As privatizações não contribuíram para diminuir o rombo nas contas do tesouro, pois a dívida pública enquanto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) subiu bastante, indo contra o argumento central que era para resolver o problema de financiamento do setor público. Além disso, com a abertura comercial e os incentivos governamentais, esses setores privatizados vêm realizando importações explosivas e ampliando o rombo na balança comercial.

4. Conclusão

O objetivo deste trabalho foi mostrar os impactos causados na dívida interna pública pelo modo como foram realizadas as privatizações no início dos anos 1990 até o final do governo Fernando Henrique em 1998. Os investimentos do governo nas estatais antes da venda das mesmas, assim como a utilização de moedas podres e o financiamento do valor para os compradores acarretaram um maior endividamento do Brasil.

Os resultados obtidos na economia brasileira entre 1995-1998 advêm do Plano Real que possibilitou o controle da inflação e aumento real da renda, por diversas vezes se atribui essa razão as privatizações. Até junho de 1994 a economia brasileira apresentava uma alta taxa de inflação, taxa de câmbio depreciada, com estabilização gerou se emprego e renda.

Tendo assim no modelo de privatização brasileiro o governo financia a compra no leilão, vende moedas podres a longo prazo e ainda financia os investimentos dos compradores. Assim, não há como as estatais não lucrarem, visto que são empresas que já apresentavam como líderes em seus mercados e possuía fluxo de caixa positivo.

Todas as ideias discutidas mostram que esse processo de privatização brasileiro não tem como “beneficiar” o Brasil, a população e sim levar em contar os interesses dos grupos que compraram as estatais, garantindo a eles ótimos lucros. O uso de capital emprestado para financiar a compra aumentaram a dívida externa brasileira. As privatizações também não trouxeram melhorias nos serviços e nem diminuição de taxas, o que deveria ser exigido pelo governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIONDI, A. **O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte de Estado**. Geração Editorial; 1ª edição, 2014.

BNDES. **Programa Nacional de Desestatização**. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4221/1/PND_1997_%20portugu%C3%AAs_P.PDF. Acesso em: jul/2023.

BNDES. **A experiência brasileira de privatização: O que vem a seguir?** Rio de Janeiro: 2000.

CARNEIRO, M. L. F.; ÁVILLA, R. V. de. **A dívida e as privatizações**. 2007 Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/09/A-Divida-e-as-Privatizacoes.pdf>. Acesso em: jul. 2023.

GIAMBIAGI, Fábio; PINHEIRO, Armando C. **Lucratividade, dividendos e investimentos das empresas estatais: uma contribuição para o debate sobre a privatização no Brasil**. Texto para Discussão n 34, BNDES. Rio de Janeiro, 1996.

GUERRA, S. **As lições da privatização**. Vol.2. APIMEC MG, julho 2003.

MODIANO, Eduardo Marco. **Um balanço da privatização nos anos 90**. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (Ed.). **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2000. p. [321]-327.

NOVAES, A. **Privatização no setor de telecomunicações no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

NUNES, R da C.; NUNES, S. L. P. **Privatização e Ajuste Fiscal: A Experiência Brasileira**. 1998. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/110/112>. Acesso em: jul/ 2023.

PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (Ed.). **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2000. p. [321]-327.

PINHEIRO, A. C.; LANDAU, E. **Privatização e Dívida Pública**. Coleção BNDES. Editor: Departamento de Relações Institucionais do BNDES, Rio de Janeiro, 1995.

PINHO, Marcelo e SILVEIRA, José Maria F. J. Os efeitos da privatização sobre a estrutura industrial da siderurgia brasileira. **Economia e Sociedade**, Campinas, (10): 81-109, jun. 1998

SMITH, ADAM, **A Riqueza das Nações**. Vol. 1 Editora Nova Cultural: São Paulo, 1988.

WERNECK, Rogério L. F. Aspectos macroeconômicos da privatização no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, **19(2)**, Rio de Janeiro, 1989.